

OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS SALAS REGULARES DE ENSINO DE SOLONÓPOLE (CE)

Suêrda Maria Nogueira Pinheiro

suerdanogueira@hotmail.com

Dachagas Pinheiro Neto

dpn.neto.dip@gamail.com

RESUMO

O presente artigo tem a pretensão de motivar e provocar uma reflexão sobre o tema inclusão educacional, levando em consideração os princípios e conceitos defendidos em vários documentos que tratam o assunto. Pretende-se direcionar o foco para os desafios encontrados na inclusão de pessoas com deficiências nas salas regulares de ensino, procurando reconhecer e valorizar a diversidade como característica inerente à constituição de qualquer indivíduo e que o ensino deve ser para todos, independente das limitações de cada pessoa. Ao se pensar na melhor maneira de introduzir práticas inclusivas nas salas regulares de ensino visualizam-se possibilidades de desenvolver as diversas potencialidades, dessa forma todos saem ganhando. Assim, adquire-se uma melhor qualidade de ensino para todos os estudantes, considerando a presença ou não de deficiências. O uso de estratégias de ensino adequadas a diferentes tipos de necessidades específicas de aprendizagem só vem a contribuir para o desenvolvimento de todas as pessoas envolvidas no processo. Indivíduos com diferentes deficiências ou necessidades educacionais específicas, de diversas origens socioeconômicas e contextos culturais distintos, com potencialidades igualmente diferentes entre si, poderão beneficiar-se de estratégias diversificadas de metodologia. A partir da realidade de Solonópole (CE) debateremos essa temática, afinal em uma escola com um público heterogêneo e gestão democrática, não se pode supor que exista uma única forma de ensinar e aprender.

PALAVRAS-CHAVES: Pessoas com Deficiências; Educação Inclusiva; Ensino; Aprendizagem.

ABSTRACT

This article aims to motivate and provoke reflection on the topic of educational inclusion, taking into account the principles and concepts advocated in various documents that address the subject. The focus is directed towards the challenges encountered in including people with disabilities in regular classrooms, seeking to recognize and value diversity as an inherent characteristic of any individual's constitution, and that education should be for all, regardless of each person's limitations. By thinking about the best way to introduce inclusive practices in regular classrooms, possibilities emerge to develop diverse potentialities, and thus everyone benefits. This leads to a better quality of education for all students, considering the presence or absence of disabilities. The use of teaching strategies tailored to different types of specific learning needs only contributes to the development of all individuals involved in the process. Individuals with different disabilities or specific educational needs, from diverse socioeconomic backgrounds and

distinct cultural contexts, with equally different potentialities among themselves, can benefit from diversified methodological strategies. Based on the reality of Solonópole (CE), we will discuss this theme, after all, in a school with a heterogeneous public and democratic management, one cannot assume that there is only one way to teach and learn.

KEYWORDS: Persons with Disabilities; Inclusive Education; Education; Learning.

Introdução

Para entender o processo de implementação da educação inclusiva inicialmente se faz necessário compreender o que está escrito na Constituição Federal de 1988 e é nesse intuito que se dá esta análise. Pretende-se discorrer sobre a prática pedagógica diante do desafio da inclusão de alunos com deficiências nas salas regulares de ensino a partir da vivência do Município de Solonópole (CE). Para o desenvolvimento da pesquisa faz-se o seguinte questionamento: É possível uma prática pedagógica de qualidade, capaz de desenvolver a aprendizagem e realmente incluir pessoas com deficiências nas salas regulares de ensino? Para justificar a escolha desse tema recorreremos ao processo de inclusão de pessoas com deficiências na rede regular de ensino do município de Solonópole diante uma sociedade que precisa vencer preconceitos, quebrar barreiras, rever valores e buscar novos paradigmas com intuito de realmente incluir esse aluno em toda sua dimensão para não correr o risco de excluí-lo novamente dentro da instituição.

Ao se falar em educação inclusiva não se pode pensar de qualquer jeito. O direito à educação só será devidamente preenchido se o ensino recebido visar o pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania. Faz-se necessário verificar a prática de ensino buscando o desenvolvimento integral das potencialidades dos sujeitos observando se o processo de inclusão propicia a aprendizagem.

Esta proposta investigativa objetiva, também, analisar qual o papel do professor diante desse desafio, que se refere a uma escola para todos, sem exclusão. Uma escola que deve preparar o aluno para que possa viver com a diversidade, considerando que todos são 3 diferentes. Como metodologia, utilizar-se-á a pesquisa bibliográfica, recorrendo-se a autores e material disponíveis sobre a inclusão de alunos com deficiência no ensino regular.

O presente trabalho foi desenvolvido com base nas observações feitas nas



Infantil e Fundamental Anibal Rodrigues Pinheiro na cidade de Solonópolis. E a parceria do professor do Atendimento Educacional Especializado - AEE da referida escola com os professores das salas regulares de ensino. Assim a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva define o Atendimento Educacional Especializado: O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.

As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (MEC, Secretaria de Educação Especial, 2008, p.15).

Com base nessa definição, podemos perceber que o AEE é o atendimento oferecido aos alunos com deficiência de forma complementar e/ou suplementar ao ensino regular, considerando as necessidades desses alunos. Então, o professor do AEE, dependendo da carência de seu aluno, irá organizar atividades e recursos pedagógicos e de acessibilidade a fim de facilitar o processo de construção de aprendizagem do sujeito. É importante salientar, ainda, que as atividades oferecidas pelo AEE não se configuram como reforço escolar, uma vez que se diferenciam daquelas realizadas na sala de aula do ensino regular, como refere a citação acima. O professor deverá de forma criativa e inovadora buscar atividades e recursos que estimulem o aprendizado do aluno naquelas áreas em que ele encontra maiores dificuldades. Para compreendermos o que são as atividades e recursos do AEE trazemos alguns exemplos:

Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS: “é uma língua visual-espacial articulada através das mãos, das expressões faciais e do corpo. É uma língua natural usada pela comunidade surda brasileira” (QUADROS, 2007, p.19); **Código Braille:** “código ou meio de leitura e escrita das pessoas cegas. Baseia-se na combinação de 63 pontos que representam as letras do alfabeto, os números e outros símbolos gráficos” (SÁ; CAMPOS; SILVA, 2007, p.22); **Comunicação aumentativa/alternativa:** é “um conjunto de procedimentos técnicos e metodológicos direcionado a pessoas acometidas por alguma doença, deficiência ou alguma outra situação momentânea que impede a comunicação com as demais pessoas por meio dos 4 recursos usualmente utilizados, mais especificamente a fala”. É bom lembrar que a comunicação aumentativa/alternativa não substitui a fala, mas contribui para que a comunicação ocorra (MANZINI; DELIBERATO, 2006, p.4); **Ensino da língua portuguesa para**

surdos: a língua portuguesa (leitura e escrita) é a segunda língua para os surdos, sendo que a Língua Brasileira de Sinais é a primeira língua; Uso do sorobã: “instrumento utilizado para trabalhar cálculos e operações matemáticas; espécie de ábaco que contém cinco contas em cada eixo e borracha compressor para deixar as contas fixas” (SÁ; CAMPOS; SILVA, 2007, p.22); Enriquecimento curricular; Produção e adaptação de materiais didáticos e pedagógicos; entre outros.

Esses são alguns exemplos de atividades/recursos que podem ser utilizados no AEE. Evidentemente, o trabalho do professor dependerá da necessidade de seu aluno, conforme dito anteriormente. O professor terá que pensar, caso a caso, qual a melhor forma de trabalhar com o aluno, quais os recursos a serem utilizados para que a construção de sua aprendizagem seja levada a termo. Isso se revelará na singularidade de cada sujeito, no desenvolvimento cognitivo de cada aluno. O importante é o investimento que deve haver tanto do professor do AEE quanto do professor do ensino regular, apostando que todos aprendemos, independentemente dos deficits que possamos supostamente possuir.

Vale enfatizar a importância do PEI - Plano Educacional Individualizado nesse processo de aprendizagem, trata-se de uma ferramenta fundamental para garantir que os alunos com necessidades específicas recebam uma educação personalizada e eficaz. Ao desenvolver um PEI, os professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e do ensino regular podem trabalhar juntos para identificar as necessidades e objetivos individuais de cada aluno, criando um plano de ação personalizado que atenda às suas necessidades específicas. Isso permite que os alunos sejam apoiados de forma mais eficiente, promovendo uma aprendizagem mais significativa e inclusiva. Além disso, o PEI também ajuda a garantir que os alunos recebam os recursos e apoios necessários para alcançar seus objetivos educacionais, promovendo uma educação mais justa e equitativa para todos.

Portanto, todos os alunos aprendem, e o professor disponibilizará recursos e estratégias pedagógicas para que seu aprendizado seja facilitado. Tivemos o prazer de acompanhar todo esse trabalho realizado na Escola Aníbal com dezoito crianças sendo dez meninos e oito meninas na faixa etária de cinco a dezesseis anos com as seguintes deficiências: síndrome de down, paralisia cerebral e deficiência intelectual. Foi um período de muito aprendizado tanto profissional quanto pessoal, pois pude perceber a dedicação e boa vontade dos profissionais que ali trabalham em busca de uma melhor qualidade de vida para essas crianças muitas vezes marcadas pelo preconceito da nossa



2 Educação Inclusiva: Preceitos Legais e Sociais.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece o direito à educação como um dos primeiros direitos sociais que, junto com outros direitos, devem promover a cidadania das pessoas. “São direitos sociais à educação, à saúde, à alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, à segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados” (BRASIL, 1988, p. 23). 5

Vale destacar que a Política de Educação é garantida pela Carta Magna. A educação, é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania (BRASIL, 1988).

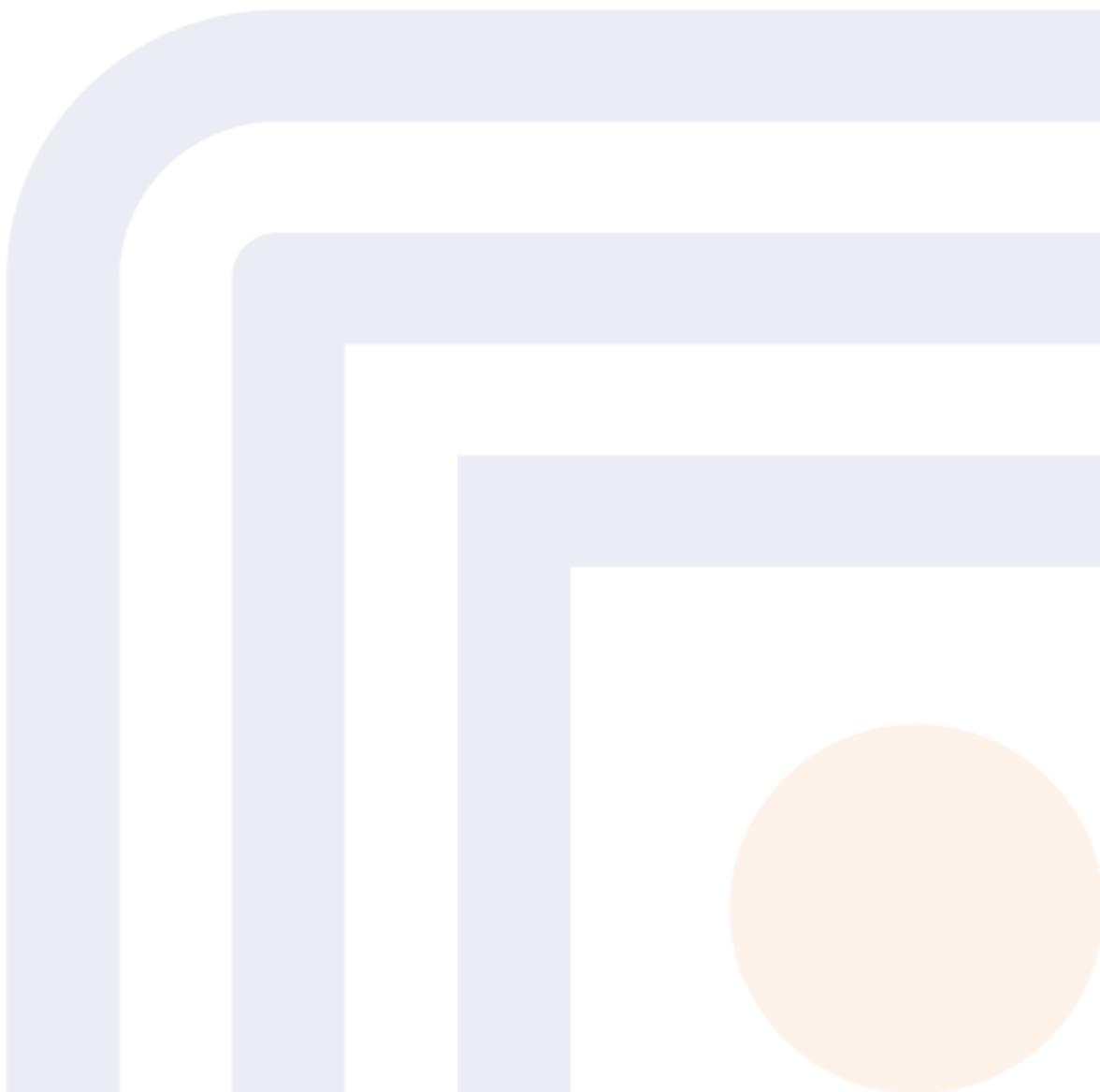
A verdadeira aprendizagem é aquela que transforma o sujeito, ou seja, os saberes ensinados são reconstruídos pelos educadores e educandos e, a partir dessa reconstrução, tornam-se autônomos, emancipados, questionadores, inacabados.

“Nas condições de verdadeira aprendizagem, os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador igualmente sujeito do processo”. (FREIRE, 1996, p. 26).

Sob esse ponto de vista, percebemos a posição do educando como sujeito desse processo de reformulação do conhecimento, ao lado do educador. Ele passa a ser visto como agente e não mais como objeto. Isto é, ambos fazem parte do processo ensino-aprendizagem.

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas apresentar possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (FREIRE, 1996, p. 21). Dito de outra forma, o docente deve transmitir o conhecimento buscando proporcionar ao discente a compreensão do que foi exposto e, a partir daí, permitir que o mesmo dê um novo sentido. A ideia é não dar respostas prontas, mas fornecer meios, abrir oportunidades de indagações e sugestões, de raciocínio, de opiniões diversas etc. Jamais impedir as interações, pontos de vista, os erros e os acertos. Todos esses elementos permitirão que o aluno alcance o real conhecimento e continue a buscá-lo incessantemente de forma autônoma e prazerosa.

Ensinar é, portanto, buscar, indagar, constatar, intervir, educar. O ato de ensinar



de indivíduos que, juntos, trocarão experiências de novas informações adquiridas, respeitando também os saberes do senso comum e a capacidade criadora de cada um.

A Constituição Federal garante o acesso para todos os cidadãos, assim como o direito à equidade. Além de assegurar o direito à educação, o documento constitucional promove a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais etc.

A LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96)³ diz que é dever do Estado garantir o atendimento educacional especializado gratuito aos educando com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino, ofertando serviços de apoio especializado para atender às necessidades e peculiaridades de cada aluno (BRASIL, 1996).

Fazendo referência à educação especial, o Estado tem papel fundamental para efetivação desta política, assegurando o atendimento aos sujeitos com necessidades educacionais especiais. Este dever será efetivado mediante a garantia do atendimento educacional especializado, ocorrendo preferencialmente na rede regular de ensino.

Segundo o Plano Nacional de Educação Especial (1997), a educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa dos direitos de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nem uma discriminação.

A proposta de 'inclusão' social, econômica, política, cultural, educacional deve ser incondicional e, portanto, não admite qualquer forma de segregação, o que ainda não acontece. Esta opção de inserção, que tem como meta principal não deixar nenhum aluno fora do ensino regular, desde o início da escolarização, questiona o papel do meio social no processo interativo de produção das incapacidades, porque todos têm o direito de se desenvolver em ambientes que não os discriminam, mas que procuram lidar e trabalhar com as diferenças, respeitando seus comprometerimentos e limitações (FERREIRA; VIEIRA, 2008, p.17).

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e particularidades. Realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços, orienta quanto sua utilização no processo de aprendizagem nas turmas regulares de ensino formal. Direcionam suas ações para o atendimento as especificidades para os alunos com necessidades especiais no processo educacional, e no âmbito de uma atuação mais ampla na escola, orienta a organização

de redes de apoio, formação continuada, identificação de recursos, serviços e o desenvolvimento de práticas colaborativas.

Ela organizou-se tradicionalmente como um atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino regular, evidenciando diferentes compreensões, terminologias e modalidades que levaram à criação de instituições especializadas, escolas e classes especiais.

Tendo por base a LDB, educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Dentro do amparo legal, a LDB /1996 é um das principais normativas que legitimam a política de educação inclusiva.

A mesma estabelece que o ensino deva ser ministrado com base nos princípios de igualdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber (BRASIL, 1996). Levando em consideração estes princípios a educação dever ser ofertada de forma a respeitar as particularidades e necessidades de cada sujeito. A educação inclusiva constitui e fundamenta-se na concepção de direitos humanos, visto a destacar que a educação é a primeira dos direitos sociais a ser elencado na Constituição Federal de 1988.

Além do ensino regular, a legislação em vigor afirma que, quando necessário, serão oferecidos serviços de apoio especializado, para atender as peculiaridades dos educandos e o atendimento será feito em classes nas escolas. Além do amparo legal produzindo em nível nacional, cabe destacar também um documento internacional que contribuiu para a construção da educação inclusiva no Brasil: Declaração Mundial de Educação para Todos (1990). Foi aprovada em Jomtien, Tailândia, em 1990. Essa declaração tem como objetivo garantir o atendimento às necessidades básicas da aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos. Em seu Artigo 3º a Declaração trata da universalização do acesso à educação e do princípio de equidade. Especificamente em relação à educação dos alunos com deficiência, o documento diz:

As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiência requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação das pessoas de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte do sistema educativo (ONU, 1990, p. 4).

Essa Declaração afirma o direito de todas as pessoas à educação, assegurando a igualdade de acesso às pessoas com deficiências e forneceu definições e novas abordagens sobre as necessidades básicas de aprendizagem. A educação inclusiva é um

processo educacional contemporâneo em construção no Brasil. Porém esta tem concebido a elaboração de políticas públicas educacionais para a integração de alunos com necessidades especiais. Tem ganhado significativo espaço nos debates acerca de uma educação de qualidade e para todos, com instituições que também permitam acesso de/para todos.

Dentro do processo de inclusão escolar na perspectiva de uma educação inclusiva, cabe destacar o papel da unidade de ensino, a escola. Esta é o espaço privilegiado para a consolidação do direito à educação pra todos os cidadãos, compreendendo que esse espaço deve conter as condições necessárias para o desenvolvimento das atividades educativas de todos os sujeitos. Assim esclarece Mitler (2003), no campo da educação, a inclusiva envolve um processo de reforma e restauração das escolas com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a gama de oportunidades educacionais e sociais oferecidos pela escola.

Com o intuito de promover o processo de inclusão nas escolas o Ministério da Educação criou o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, cujo objetivo é a formação de educadores para a transformação dos sistemas educacionais.

Além de ser um direito, a Educação inclusiva é uma resposta inteligente às demandas do mundo contemporâneo. Incentiva uma pedagogia não homogeneizadora e desenvolve competências interpessoais. A sala de aula deveria espelhar a diversidade humana, não escondê-la. Claro que isso gera novas tensões e conflitos, mas também estimula as habilidades morais para a convivência democrática. O resultado final, desfocado pela miopia de alguns, é uma Educação melhor para todos (MENDES, 2012, p. 06).

Óbvio que a estrutura emocional vem de uma interação mútua participativa de família, comunidade e escola, mas para que isso aconteça é preciso que tanto um quanto os outros mostrem à sociedade que essas pessoas com deficiências não necessitam de pena e sim de uma quebra de tabus ou preconceitos, que ainda hoje o envolvem.

Baseando-se nas entrelinhas da ideia do que é educação inclusiva e levando em consideração a realidade atual, é possível observar que pouco se vem fazendo para obtenção do sucesso no quesito igualdade social. Também não pode ser deixado de enfatizar o desafio lançado aos profissionais, que na maioria das vezes não receberam formação para esse fim, tem que de uma hora para outra ter que lidar com uma realidade longe de sua capacidade. Embora tenham boa vontade, não é isso que vai fazer esses alunos evoluírem ou se sentirem incluídos no meio social.

Se parar para observar o cotidiano de uma escola, logo se vê que todos têm alguma necessidade ou limitação. Não é a ausência de visão de uma pessoa cega ou a falta de membros, como braços ou pernas, ou até mesmo um autista, que nos diferencia uns dos outros. É a ausência de sensibilidade de quem enxerga somente essas limitações e não vê as diversas potencialidades que podem em muitos casos serem desenvolvidas no tempo e forma corretos a cada situação. Quem nunca ouviu falar ou viu um cego atleta que corre provas de resistência muscular? Ou pessoas que tocam instrumentos musicais com os pés, por terem mãos e braços amputados? Ou até mesmo um surdo que compõe música ou escreve livros, sem a capacidade de ouvir às outras pessoas?

3 Um Debate Sobre Integração x Inclusão

Não podemos cair na tentação de confundir e misturar o termo inclusão com integração, pois na prática percebe-se que um é bem diferente do outro. “A integração e a inclusão são dois sistemas organizacionais de ensino que têm origem no princípio de normalização” (WERNECK, 1997, p. 51). A diferença, portanto, entre os dois conceitos discutidos aqui é que a integração é uma inserção parcial do aluno no sistema escolar e a inclusão é uma inserção total e incondicional deste mesmo aluno no sistema regular de ensino. Isto porque só existe uma educação, onde todos devem estar inseridos. A inclusão contesta as escolas especiais e regulares de maneira em que se apresentam hoje.

Em alguns momentos as escolas regulares prezam pelo aprendizado da maioria, trabalhando com base na homogeneidade da turma. Os que se diferenciam são deixados de lado, pois perturbam o andamento das aulas e desenvolvimento da matéria a ser dada. A escola especial trabalha apenas com as crianças que se diferenciam e, assim, são excluídas do ensino regular. Enquanto houver uma, haverá sempre a outra. O que se propõe na educação inclusiva é que ambas se condensem em uma e que passem a atender às necessidades de todos os alunos dentro de sala de aula, dando o devido apoio necessário a cada um e fazendo com que a escola se especialize em todo e qualquer aluno.

Todos devem conviver juntos, aprendendo a partir dessa interação conjunta, pois o aprendizado se dá coletivamente. Dessa forma, tanto o aluno deficiente quanto o não deficiente estarão se beneficiando a partir do contato com a diversidade (MONTANO, 1997, p. 78).

Essas oportunidades dentro do ensino regular não podem ser vistas como concessões feitas à criança com deficiência. Eles precisam ter direitos iguais aos das outras crianças simplesmente pelo fato de serem seres humanos iguais a todos os outros. E é justamente aí onde se dá o desafio. A inserção de alunos com deficiência em classe comum não acontece como um passe de mágica. É uma conquista que tem que ser feita com muito estudo, trabalho e dedicação de todas as pessoas envolvidas no processo: aluno com deficiência, aluno sem deficiência, família, professores e comunidade escolar.

A estabilidade é algo que buscamos frequentemente, pois ela nos dá segurança. Quanto mais conhecemos determinado fato ou assunto, mais nos sentimos seguros diante dele. O novo gera insegurança e instabilidade, exigindo reorganização, mudança. É comum sermos resistentes ao que nos desestabiliza. Sem dúvida, as ideias inclusivas causam muita desestabilidade e resistência (MINETTO, 2008, p. 17).

Com certeza, esse medo de mudar, de abandonar o que por muito tempo nos dá segurança faz com que a educação inclusiva não consiga ainda se configurar totalmente na educação brasileira, como uma proposta que verdadeiramente corresponde a uma luta por uma escola que não discrimina, não rejeita nenhum aluno e que só assim consegue ser justa e para todos. A inclusão é uma inovação, e muitas vezes, seu sentido tem sido muito distorcido e polemizado pelos mais diferentes segmentos educacionais e sociais. No entanto, inserir alunos com déficits de toda ordem, permanentes ou temporários, mais graves ou menos severos no ensino regular nada mais é do que garantir o direito de todos à educação e isto está assegurado pela Constituição.

Inovar não tem necessariamente o sentido do inusitado. As grandes inovações estão, muitas vezes na centralização do óbvio, do simples, do que é possível fazer, mas que precisa ser desvelado, para que possa ser compreendido por todos e aceito sem outras resistências, senão aquelas que dão brilho e vigor ao debate das novidades. (MATOAN, 1988, p.19).

O sucesso da inclusão de alunos com deficiência na escola regular decorre, portanto, das possibilidades de se conseguir progressos significativos desses alunos na escolaridade, por meio da adequação das práticas pedagógicas à diversidade dos aprendizes. E só se consegue atingir esse sucesso quando a escola regular assume que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam em grande parte do modo como o ensino é ministrado, a aprendizagem é concebida e avaliada. Toda criança precisa da escola para aprender e não para marcar passo ou ser segregada em classes especiais e atendimentos à parte.

Transformar a escola significa, portanto, criar as condições para que todos os alunos possam atuar efetivamente nesse espaço educativo, focando as dificuldades do processo de construção para o ambiente escolar e não para as características particulares dos alunos (INCLUSÃO – REVISTA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2010, p. 34).

Concretizar a inclusão é um grande desafio já que envolve mudanças na concepção de sociedade, de homem, de educação e de escola. Mudar concepções já solidificadas e enraizadas em nome de um outro modelo de educação não é uma tarefa fácil, principalmente quando as mudanças vão favorecer pessoas que foram injustiçadas, excluídas e marginalizadas na sociedade e conseqüentemente na escola.

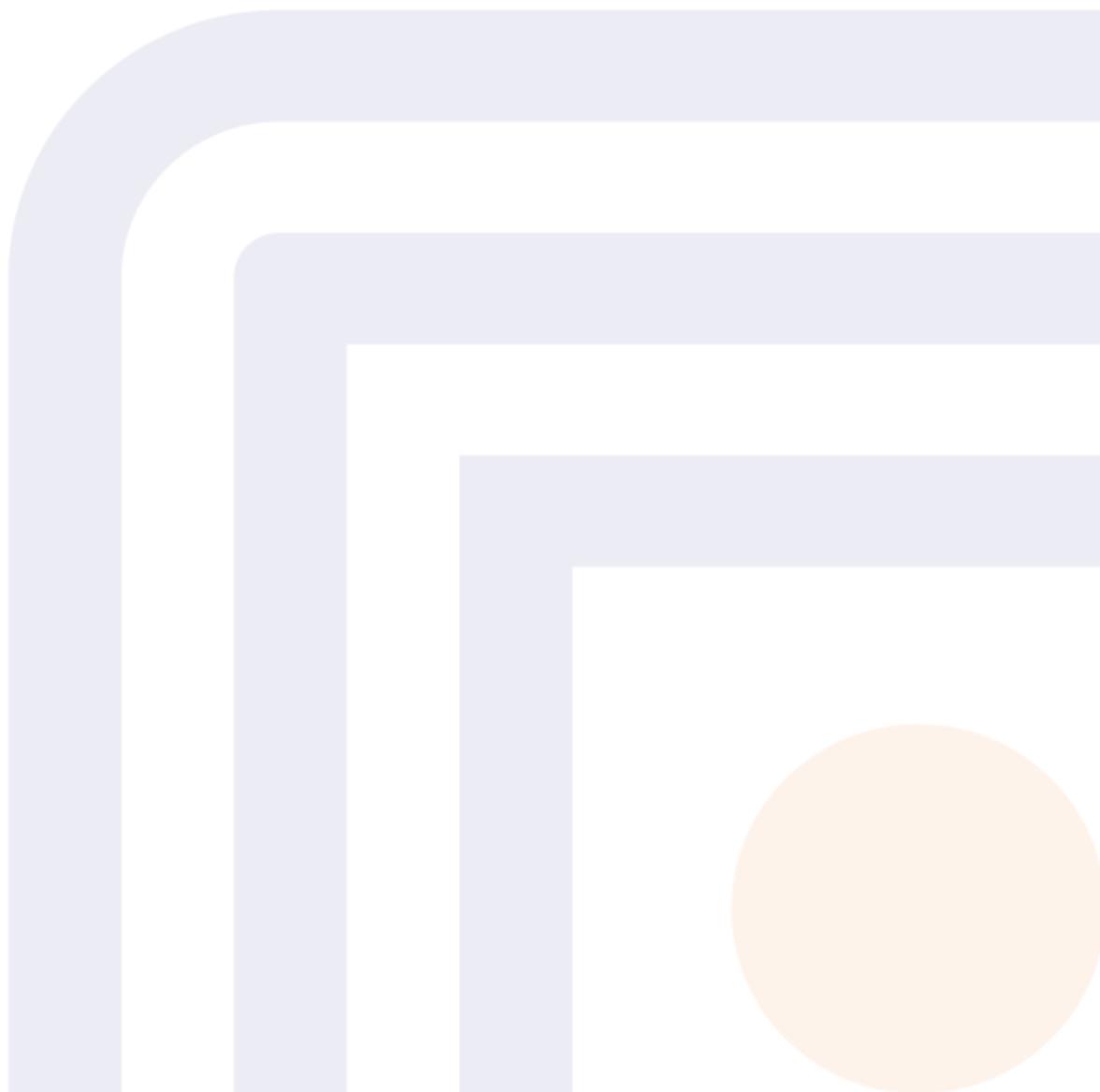
O número de alunos inseridos na educação inclusiva, nos últimos anos, triplicou. No entanto, o preconceito e a falta de conhecimento das leis que os amparam e beneficiam ainda deixam um grande contingente de pessoas com deficiência fora da rede regular. Os profissionais da educação, desejam uma educação realmente inclusiva e de qualidade para todos, mas as formas de atingir esses ideais ainda não são claras em nossa sociedade, isto porque passamos por um momento de mudança, de reorganização e de quebras de paradigmas.

Sonha-se com uma escola inclusiva onde os sistemas educacionais modifiquem não apenas as suas atitudes e expectativas em relação aos alunos, mas que se organizem para construir uma real escola para todos, que dê conta das especificidades das diferenças.

A educação inclusiva como diretriz para a transformação na estrutura da escola foi definida pelo Ministério da Educação como política pública que assumiu sua disseminação por meio do programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, iniciada em 2003. Essa ação conduziu um processo amplo de reflexão nos sistemas educacionais sobre as formas tradicionais do pensamento pedagógico e de ruptura com a concepção determinista da relação entre condições históricas, desvantagens sociais, deficiência e a não aprendizagem. Alguns teóricos do nosso país defendem a inclusão escolar total, incondicional para todos, como consequência da transformação do ensino regular.

[...] uma verdadeira transformação da escola, de tal modo que o aluno tenha a oportunidade de aprender, mas na condição de que sejam respeitados as suas peculiaridades, necessidades e interesses, a sua autonomia intelectual, o ritmo e suas condições de assimilação dos conteúdos curriculares. (MATOAN, 1988, p.03)

A verdadeira transformação da escola acontecerá quando realmente criarmos condições para que todos os alunos possam atuar efetivamente nesse espaço educativo.



com a mudança do sistema existente e repensando-se inteiramente o currículo para alcançar as necessidades de todas as crianças”. De acordo com o autor a inclusão não representa simplesmente transferir o aluno da escola especial para a escola regular, pois, ela requer uma mudança na mente e nos valores, para as escolas e para a sociedade em geral, porque subjacente à sua filosofia está a celebração da diversidade.

A escola não pode mudar tudo e nem pode mudar a si mesma sozinha. Ela está intimamente ligada à sociedade que a mantém. Ela é, ao mesmo tempo, fator e produto da sociedade. Como instituição social, ela depende da sociedade e, para se transformar, depende também da relação que 12 mantém com outras escolas, com as famílias, aprendendo em rede com elas, estabelecendo alianças com a sociedade, com a população (GADOTI, 2007, p. 12).

A concepção e os princípios da educação inclusiva dentro de um contexto mais amplo que dizem respeito à estrutura da sociedade em que vivemos associados aos movimentos e garantia dos direitos exigem a transformação dos sistemas de ensino em relação a fundamentação, a prática pedagógica e aos aspectos cotidianos da escola.

4 Papel do Professor e o Currículo Escolar

Na maioria das vezes a escola, não está preparada para atender a diferença. Toda a estrutura e funcionamento da escola regular é mais confortável ao considerar a semelhança do que com a diferença entre os alunos. O número de pessoas com deficiências foi ampliado enormemente nos últimos anos, e a chegada de novas terminologias contribuem para aumentar a confusão entre casos de deficiência e aqueles que apresentam problemas na aprendizagem. Percebi durante a pesquisa muita dúvida a esse respeito. A pessoa com deficiência tem uma maneira própria de conviver com a aquisição do conhecimento e muitas vezes a escola regular não está preparada para lidar com isso.

A resposta educativa à diversidade e a igualdade em educação são, sem dúvida, um dos desafios mais importantes da atualidade. Alcançar os objetivos da prática educativa requer trocas nas concepções, atitudes e envolvimento de todo o quadro docente e, principalmente, das instituições governamentais, em âmbito de políticas sociais e econômicas, fazendo com que a realidade do princípio da educação seja, realmente, responsabilidade de todos. A partir da segunda metade do Século XX, começa a viver sem contradições e conflitos – um momento de maior consolidação de algumas demandas dos movimentos sociais e da sua luta pelo direito à diferença.

É possível perceber alguns avanços na produção teórica educacional, no Governo Federal, no Ministério da Educação, nas Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, nos projetos pedagógicos das escolas, na literatura infanto-juvenil, na produção de material didático alternativo e acessível em consonância às necessidades educacionais especiais dos alunos (INDAGAÇÕES SOBRE CURRÍCULO, 2008, p. 27).

Na última década houve vários avanços nas políticas de inclusão. Propostas de educação inclusiva começam a acontecer nas redes de educação e nas escolas. A Educação Inclusiva tem por objetivo entender as diferenças, mantendo-as ativas, encorajando o seu aparecimento e expressão, enfim tornando-as presentes e utilizáveis para o processo educativo de todos os alunos. Incluir uma criança na escola regular significa proporcionar a todos da comunidade escolar o aprendizado de conviver com a diversidade, sem anulá-la.

Incluir não é simplesmente levar uma criança com deficiência a frequentar o ensino regular. A inclusão é uma conquista diária para a escola, para a criança e para seus pais. Todo dia é um dia novo na inclusão (FACION, 2009, p. 203).

Adotar uma postura inclusiva consiste em entender para si e para os outros os direitos democráticos e igualitários da inclusão. Embora haja problemas com a igualdade e diferença no sentido de se perceber de que lado nós estamos, quando defendemos uma ou outra ficamos com a firme convicção de privilegiar a diferença concordando com Santos (1999): “Temos o direito à igualdade, quando a diferença nos inferioriza; temos o direito de sermos diferentes, quando a igualdade nos descaracteriza”. A diversidade faz parte do conhecer humano.

A diversidade é norma da espécie humana: seres humanos são diversos em suas experiências culturais, são únicos em suas personalidades e são também diversos em suas formas de perceber o mundo. Seres humanos apresentam, ainda, diversidade biológica. Algumas dessas diversidades provocam impedimentos de natureza distinta no processo de desenvolvimento das pessoas (as comumente chamadas de “portadoras de necessidades especiais”). Como toda forma de diversidade é hoje recebida na escola, há a demanda óbvia, por um currículo que atenda a essa universalidade. (LIMA, 2006, p. 17).

Para que a inclusão realmente aconteça são necessárias mudanças sociais, bem como um esforço mútuo de todos os profissionais da educação na busca pelo aprimoramento da prática educativa. A escola não é apenas um espaço social de emancipação mas também é um cenário de socialização de mudança. A prática do currículo é geralmente acentuada na vida dos alunos estando associada às mensagens de natureza afetiva e as atitudes. O currículo educativo representa a composição dos

conhecimentos e valores que caracterizam um processo social. Ele é proposto pelo trabalho pedagógico nas escolas.

Entendemos o currículo como o projeto que preside as atividades educativas escolares, define suas intenções e proporciona guias de ação adequadas e úteis para os professores, que são diretamente responsáveis pela sua execução. O currículo proporciona informações concretas sobre o que ensinar, quando ensinar, como ensinar e o que, como e quando avaliar. Um currículo é uma tentativa de comunicar os propósitos educativos de tal forma que permaneça aberto à discussão crítica e possa ser efetivamente traduzido em prática. (COLL, 2000, P. 45)

O currículo não está envolvido em um simples processo de transmissão de conhecimentos e conteúdos. Possui um caráter político e histórico e também constitui uma relação social, no sentido de que a produção de conhecimento nele envolvida se realiza por meio de uma relação entre pessoas (GOMES, 2006). É importante que o currículo seja organizado sempre de maneira a envolver professor-aluno; escola-comunidade; ensino-aprendizagem.

Uma escola inclusiva pode contar com um currículo aberto e mais flexível, e com objetivos bem definidos como uma ferramenta para promover o desenvolvimento, ao contrário do que tínhamos na escola de ensino tradicional em que o currículo era algo acabado, fechado, preservado e transmitido intacto às novas gerações, havendo grandes dificuldades de mudanças. O desconhecimento e a busca de soluções imediatas para resolver o direito de todos à educação faz com que algumas escolas procurem soluções paliativas, que envolvem todo tipo de adaptação: de currículo, de atividades, de avaliação, de atendimentos que se destinam unicamente aos alunos com deficiência. Essas soluções, em muitas escolas consideradas inclusivas, continuam mantendo o caráter substitutivo da educação especial.

Conforme Batista (2006, p. 12): “Tais práticas educativas funcionam como um regulador da aprendizagem e estão baseadas nos propósitos e procedimentos de ensino que decidem ‘o que falta’ ao aluno de uma turma de escola comum”. O que podemos constatar é que ao adaptar currículos, selecionar atividades e formular provas diferentes, o professor interfere de fora, submetendo os alunos ao que supõe que eles sejam capazes de aprender, esquecendo com isso que, o aluno com deficiência deve ter oportunidade de crescer junto com o grupo para que realmente haja neste contexto uma inclusão. É importante lembrarmos que, o currículo inclusivo



em consideração o interesse de cada um. Os recursos e as técnicas para fornecer informações e dirigir o currículo de uma maneira que os alunos tenham não somente as habilidades e as oportunidades, mas também a motivação e o foco para dirigirem as suas necessidades de aprendizagem, são os desafios do professor.

A educação inclusiva deve ser entendida como uma tentativa a mais de atender as dificuldades de aprendizagem de qualquer aluno no sistema educacional e com um meio de assegurar que os alunos, que apresentam alguma deficiência, tenham os mesmos direitos que os outros, ou seja, os mesmos direitos dos seus colegas escolarizados em uma escola regular. (MANTOAN, 2003, p.97)

Na concepção inclusiva, a adaptação ao conteúdo escolar é realizada pelo próprio aluno e testemunha sua evolução intelectual. Essa emancipação é consequência do processo de autorregulação da aprendizagem, em que o aluno assimila o novo conhecimento, de acordo com suas potencialidades de incorporá-lo ao que já conhece.

É preciso que a escola deixe de ser mero executor de currículos e programas determinados, para se transformar em responsável pela escolha de atividades, conteúdos ou experiências mais adequadas ao desenvolvimento das capacidades fundamentais dos alunos, considerando suas potencialidades e necessidades.

Atualmente, o currículo é uma construção social, na acepção de estar inteiramente vinculado a um momento histórico, a determinada sociedade e as relações com o conhecimento. Nesse sentido, a educação e currículo são vistos intimamente envolvidos com o processo cultural, como construção de identidades. Uma escola inclusiva está retratada no seu currículo e na estruturação do Projeto Político Pedagógico (PPP). Através do PPP podemos identificar que tipo de escola queremos juntamente com o corpo docente e discente, a comunidade que o cerca e a sociedade. É fundamental que sua elaboração acompanhe a história de um povo, as modificações que ocorrem constantemente na sociedade, a legislação que norteia a educação em todos os níveis nos aspectos sociais, políticos, culturais e antropológicos.

Uma escola consegue organizar um currículo inclusivo quando reconhece a complexidade das relações humanas, a amplitude e os limites de seus objetivos e ações; quando entende o ambiente escolar como um espaço relacional que estabelece laços que contribuem para a formação de uma identidade individual e social (MINETTO, 2008, p. 32).

Para a Constituição Federal é assegurado o direito à educação a toda a

população indiscriminadamente. Sendo que de acordo com o MEC (2001): por educação especial, conforme especificado na Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996 e o Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, entende-se um processo educacional definido em uma proposta pedagógica que assegure recursos educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica. As adaptações curriculares, segundo o documento do MEC, compõe o conjunto dos Parâmetros Curriculares Nacionais, inserindo-se na concepção de escola integradora defendida pelo MEC.

Vale observar que o referido documento “focaliza o currículo como ferramenta básica de escolarização” (p. 15), “organizado para orientar, dentre outros, os diversos níveis de ensino e ação docente” (p. 31). “Já as adaptações curriculares são entendidas como estratégias e critérios de atuação docente” (p. 15). Nessa reflexão Pacheco (2007, p. 81-85) manifesta que é preciso que a família e a escola estejam preparadas para iniciar e perseverar o processo de inclusão. Pois todo esse processo vai além de receber o aluno, ele precisa de atendimento e de continuação no processo de ensino-aprendizagem. Incluir alunos com deficiência requer ajustes e modificações curriculares, envolvendo objetivos, conteúdos, procedimentos que propiciem o avanço no processo de aprendizagem.

5 Formação de Profissionais para Educação Inclusiva

Falar de educação inclusiva talvez seja fácil, o difícil é falar da extensa ponte que separa os profissionais de ensino do conhecimento que os levariam a uma melhor prática nesse setor. Quando fala-se do despreparo físico, psicológico e emocional não nos referimos à vontade dos mesmos, mas a falta de apoio através de formações continuadas. Leva-se em consideração, também, que a remuneração é desleal e a determinação tem que ser multiplicada por dez. Mais que criar um espaço físico adequado ou reestruturar o que já existe é preciso investimento no corpo docente através de formação e conhecimento.

A formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re)construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso é tão importante investir a pessoa e dar



tomem como referência as dimensões coletivas contribuem para a emancipação profissional e para a consolidação de uma profissão que é autônoma na produção dos seus saberes e dos seus valores (NÓVOA, 1995, p. 25).

A visão dos profissionais que trabalham no intuito de incluir pessoas com deficiências tem que ir além da sua visão sistêmica habitual. Um exemplo disso está na oscilação de atitudes explícitas por uma pessoa que tem *síndrome de down*⁶; o mesmo tem uma capacidade veloz de ir do riso ao choro, é de um potencial dramaturgicamente invejável.

Por isso a necessidade de conhecimento para saber entender o mesmo e dar um *feedback* imediato a essas pessoas. A liberdade de expressão também é outro fator importante na ascensão de pessoas com deficiência. Eles sentem a necessidade de expor seus pensamentos por completo e na maioria das vezes franqueza é seu forte. Sendo assim requer muito mais atenção e preparo dos profissionais, que vai desde o professor que transmite o saber, até o porteiro que os recebem na entrada da escola e por que não citar as merendeiras que fornecem o alimento. Tendo em vista isso é preciso entender que não se cresce sem o saber, não se aprende sem querer, não se quer sem entender.

Abrir a Escola para todos não é uma escolha entre outras: é a própria vocação dessa instituição, uma exigência consubstancial de sua existência, plenamente coerente com seu princípio fundamental. Uma escola que exclui não é uma escola [...]. A Escola, propriamente, é uma instituição aberta a todas as crianças, uma instituição que tem a preocupação de não descartar ninguém, de fazer com que compartilhem os saberes que ela deve ensinar a todos. Sem nenhuma reserva (MEIRIEU, 2005, p.44).

Entender que a escola é de todos é imprescindível para quem pretende desde muito cedo conviver em harmonia social. Ouvir que a base de uma criança é a família é corriqueiro. No entanto, o que vemos sempre é a responsabilidade sendo transferida para os que trabalham incessantemente na educação e formação de opinião daqueles que contamos com a ajuda futura na luta contra a exclusão social.

Olhando de modo geral, as famílias também tem muito valor a agregar no trabalho desses profissionais uma vez que o Estado não coloca na pauta de prioridades o apoio a esse trabalho. A junção família e escola torna-se conjunto perfeito na medida em que o propósito passa a ser comunitário; são pessoas vivendo por pessoas e não mercenários agindo por dinheiro. A escola tem por finalidade instituir os cenários políticos e pedagógicos para permitir o acesso ao conhecimento,

empreendendo “[...] esforços permanentes de universalização da cultura” (MEIRIEU, 2002, p. 175).

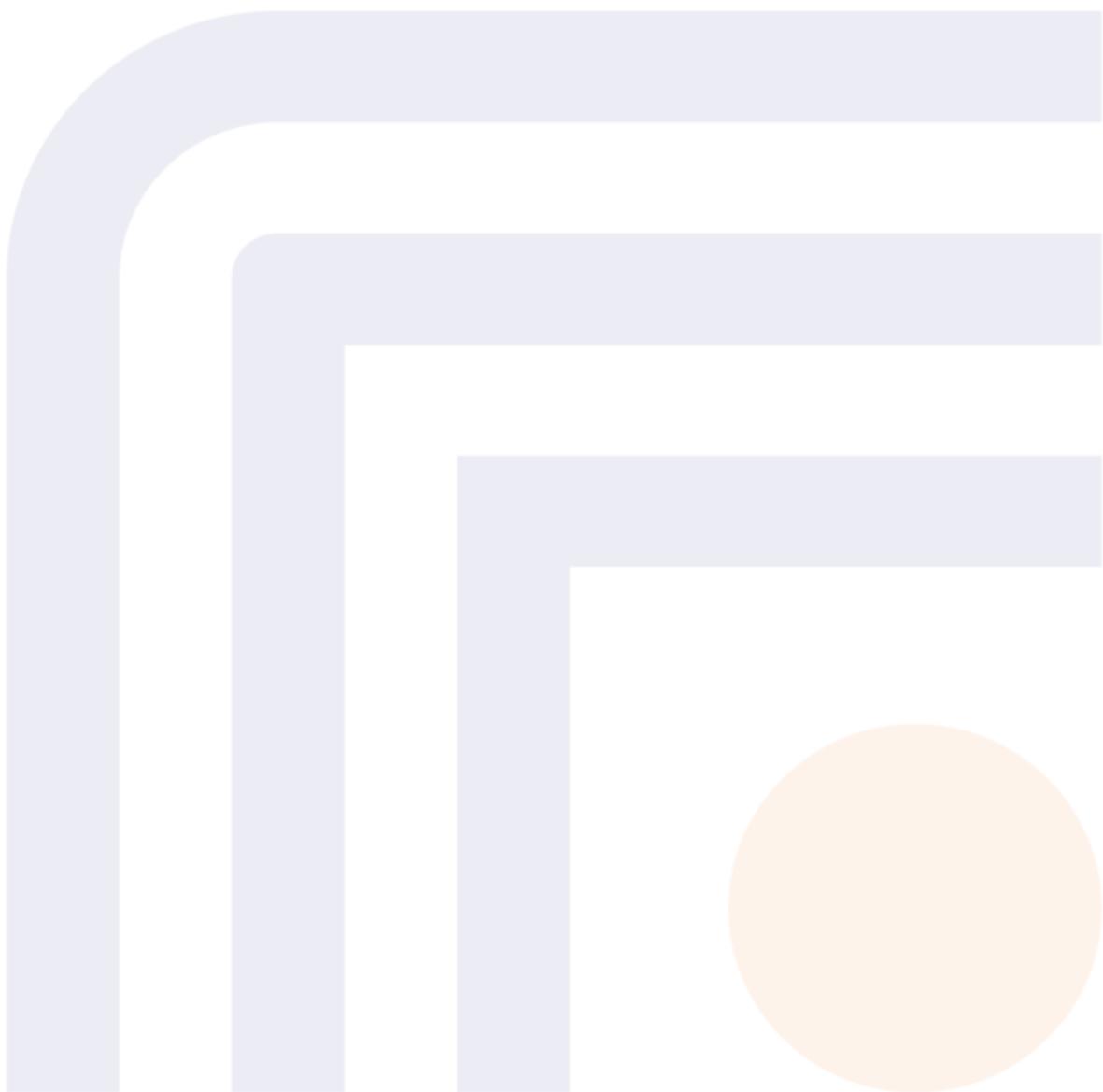
Difícil falar de inclusão ou exclusão sem falar de classe social ou política, levando em consideração que uma depende da outra. Falamos de preparo ou ausência do mesmo dos profissionais que trabalham nas escolas, mas a vivência social hoje é uma cadeia hierárquica onde quem tem dinheiro engole quem não tem, daí nos perguntamos, cadê o retorno financeiro que nós enquanto cidadãos fazemos no pagamento de impostos, na espera de dias melhores para incluir em nossa sociedade pessoas menos favorecidas com o intuito de construir uma sociedade mais justa e digna.

Considerações finais

Ao estudar vários autores durante essa pesquisa podemos concluir que com o passar do tempo e a passos lentos estamos evoluindo. O diferente começa a ser visto com outros olhos, ser analisado como uma condição humana e não mais como uma maldição. Uma inclusão bem sucedida requer uma nova organização social onde as diferenças sejam respeitadas e o foco não esteja nas deficiências, mas sim nas habilidades dos indivíduos. É necessário perceber que uma pessoa com deficiência na maioria das vezes evolui, embora no seu ritmo. Precisamos aprender a respeitar sua limitação.

Ainda está instalado na sociedade o preconceito e por isso a diferença tanto incomoda. Faz-se necessário uma reestruturação de valores, políticas, instituições, consciência para que a educação inclusiva nas salas regulares de ensino seja possível. Precisamos estar em constante estado de vigília para podermos reivindicar nossos direitos e assim lutar por um mundo mais justo, democrático e inclusivo.

Portanto as mudanças são fundamentais para inclusão, mas exigem esforço de todos possibilitando que a escola possa ser vista como um ambiente de construção de conhecimento, deixando de existir a discriminação de idade e capacidade. Para isso, a educação deverá ter um caráter amplo e complexo, favorecendo a construção ao longo da vida, e todo aluno, independente das dificuldades. Poderá beneficiar-se dos programas educacionais, desde que sejam dadas as oportunidades adequadas para o desenvolvimento de suas potencialidades. Isso exige do professor uma mudança de postura além da redefinição de papéis que possa assim favorecer o processo de



Para que a inclusão seja uma realidade, será necessário rever uma série de barreiras, além da política e práticas pedagógicas e dos processos de avaliação. É necessário conhecer o desenvolvimento humano e suas relações com o processo de ensino aprendizagem, levando em conta como se dá este processo para cada aluno. Devemos utilizar novas tecnologias e investir em capacitação, atualização, sensibilização, envolvendo toda comunidade escolar.

Focar na formação profissional do professor, que é relevante para aprofundar as discussões teóricas práticas, proporcionando subsídios com vistas à melhoria do processo ensino aprendizagem. Assessorar o professor para resolução de problemas no cotidiano da sala de aula, criando alternativas que possam beneficiar todos os alunos.

Utilizar currículos e metodologias flexíveis, levando em conta a singularidade de cada aluno, respeitando seus interesses, suas ideias e desafios para novas situações. Investir na proposta de diversificação de conteúdos e práticas que possam melhorar as relações entre professor e alunos. Avaliar de forma continuada e permanente, dando ênfase na qualidade do conhecimento e não na quantidade, oportunizando criatividade, a cooperação e a participação.

Valorização maior das metas e não dos obstáculos encontrados pelo caminho, priorizando as questões pedagógicas e não apenas a questão biológica, com expectativa de que tudo será resolvido pela saúde. Não temos nenhuma proposta de inclusão que possa ser generalizada ou multiplicada, pois ainda é incipiente. No entanto é de consenso que esse processo é de responsabilidade de toda a sociedade e por tanto é preciso que a escola esteja aberta para a "escuta", favorecendo assim, as trocas para a construção do processo de inclusão escolar.

Neste sentido, a educação inclusiva é, acima de tudo, uma proposta que sugere mudanças na concepção de ensino e das práticas pedagógicas realizadas na escola, visando o benefício acadêmico de todos. Ela tem por objetivo impulsionar uma transformação das práticas tradicionais que avaliavam os alunos pelas dificuldades, indo em direção a uma prática inovadora, que entende as necessidades específicas de aprendizagem dos mesmos, tendo como referência o sistema educacional e as suas possíveis limitações.

Não se pode perder de vista que uma sociedade inclusiva é uma sociedade que não somente é aberta e acessível para todos os grupos, mas que também encoraja a

participação de cada um. Uma sociedade que recebe bem e aprecia a diversidade de experiências humanas, e cujo objetivo principal é fornecer oportunidades iguais para todos, percebendo e potencializando o seu potencial humano. Se a presença das diferenças for assegurada aumenta a possibilidade da escola contribuir para a construção de uma sociedade mais igualitária, sem preconceito nem discriminação ou outras formas correlatas de intolerância.

Concluimos que para o processo de inclusão escolar é preciso que haja uma transformação no sistema de ensino que vem beneficiar toda e qualquer pessoa, levando em conta a especificidade do sujeito e não mais as suas deficiências e limitações.

Referências

Brasil, Congresso Nacional (1996). **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Lei nº 9.394. Brasília/DF.

Brasil, Congresso Nacional. Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília: (mimeo,1988).

BRASIL. Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica. MEC SEESP,2001.

CARNEIRO, Rogéria. **Sobre a Integração de Alunos Portadores de Deficiência no Ensino Regular**. Revista Integração. Secretaria de Educação Especial do MEC, 1997.

COLL, C. **Os fundamentos do currículo**. IN:Psicologia y currículum.São Paulo:Ática,1987,p. 33-63.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. – Coleção Leitura.

FACION, J. R. **Inclusão escolar e suas implicações**. 2. ed. Curitiba: IBPEX, 2008. 48INCLUSÃO – REVISTA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL. Secretaria da Educação Especial,out. 2005; jan./jul. 2010.

GONÇALVES MENDES, Enicéia, **“Breve histórico da educação especial no Brasil”**, Revista Educación y Pedagogía, Medellín, Universidad de Antioquia, Facultad de Educación, vol. 22, núm. 57, mayo-agosto, 2010, pp. 93-109.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MANZINI, E.J.; DELIBERATO, D. Portal de ajudas técnicas para a educação: **equipamento e material pedagógico especial para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física: recursos para comunicação alternativa**. 2.ed. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

MEC, INDAGAÇÕES SOBRE CURRÍCULO. **Currículo, conhecimento e cultura**.

Ministério da Educação, 2008.

MEC, INCLUSÃO – REVISTA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL. Secretaria da Educação Especial, out. 2005; jan./jul. 2010.

MEIRIEU, P. **Carta a um jovem professor**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

NÓVOA, Antonio. **Os Professores e a sua Formação (Coord.)** Publicações Dom Quixote Instituto de Inovação Educacional, Lisboa 1995

PAN, M. A. G. S. **O direito à diferença: uma reflexão sobre deficiência intelectual e educação inclusiva**. Curitiba: IBPEX, 2008.

SÁ, E.D. de; CAMPOS, I.M. de; SILVA, M.B.C. **Atendimento Educacional Especializado: deficiência visual**. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

SANTOS, B. S. **A construção multicultural da igualdade e da diferença. Oficina do CES**, Coimbra: Centro de Estudos Sociais, n. 135, jan. 1999.

WERNECK, Claudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro: WVA, 1997

CITAR REFERÊNCIA DE ACORDO COM ABNT

PINHEIRO, Suêrda Maria Nogueira; PINHEIRO NETO, Dachagas. Os desafios da educação inclusiva nas salas regulares de ensino de Solonópole (CE). *Revista Científica Conexão FASEC*, Milhã, CE, v. 1, n. 1, p. 01-21, ago. 2025. ISSN 3086-0075.